

ENTREVISTA: MARIA ISABEL DA CUNHA

Realizada em 02 de setembro de 2017

Possui graduação em Ciências Sociais (1968) e graduação em Pedagogia (1974) na Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988). Foi Supervisora Pedagógica na Escola Técnica Federal de Pelotas (1973-1988). Aposentou-se como professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (1975-1999) onde foi Coordenadora do PPG Educação (1995-1997) e Pró-Reitora de Graduação (1989-1992). Fez Estágio de Pós-doutoramento na Universidade Complutense de Madri (1998) e Estágio Senior na Universidade de Sevilha (CNPQ, 2013). Atuou por 17 anos como professora titular do PPG Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2000-2017). Faz parte da Rede Sulriograndense de Investigadores da Educação Superior (RIES) com extensa participação em pesquisa e dois Projetos FAPERGS/CNPq/PRONEX. Participou dos Comitês de Educação FAPERGS (1989-1992), CAPES (1999-2005) e CNPq (2009-2011) e da Comissão que propôs o SINAES (1992). Atualmente é docente permanente do PPG Educação da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: educação superior, formação de professores, pedagogia universitária e docência universitária. Coordena o Grupo de Pesquisa (CNPq) com vinte anos de atuação e seis livros publicados. Possui Bolsa PQ1 do CNPq. (CV: <http://lattes.cnpq.br/0157149133885713>).

“Faço parte de uma geração em que o magistério era uma opção natural para as mulheres da classe média. Minha mãe era professora; tias e primas, também. A profissão era valorizada e havia a ideia de que se podia compatibilizá-la com as responsabilidades familiares. Portanto, não questioneei muito essa escolha. Mas confesso que ela não me

desagradava, pois sempre me encontrei nas ciências humanas e percebia que gostava de trabalhar com gente. Em 2015, fiz 50 anos de magistério. Boa parte deles cumpri na educação superior e na educação profissional, mas comecei na escola básica e muito aprendi em cada uma dessas etapas da minha trajetória. Mesmo considerando que as oportunidades que tive não podem ser generalizadas para outras pessoas, ousou dizer que fui muito feliz na escolha e não a trocava por outra profissão. Entre as grandes satisfações que reconheço na docência está um sentimento de crer ter sido importante para algumas pessoas, que tiveram sentido e significado muitas das ações que protagonizei ou de que participei. Ter sido útil parece dar sentido a nossa vida. E o magistério faz parte das profissões que, trabalhando com gente, encontram nas relações humanas construídas seu maior patrimônio. Entretanto, essa condição dificilmente se mede nos testes padronizados, nem pela métrica do currículo Lattes. Trata-se de um sentimento subjetivo, mais fácil de ser entendido por quem é professor”. **Fonte:**<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=3547>

Antes de tudo, queremos agradecer a sua disposição e disponibilidade em colaborar com a nossa revista. Para esquentar este diálogo, gostaríamos de lhe perguntar como percebe os processos de formação de professores no Brasil de hoje em dia. Evoluímos, estamos patinando ou retrocedemos?

O tema da formação de professores é dos mais presentes na literatura pedagógica do Brasil. São muitos estudos, reflexões e pesquisas que tomam essa prática como objeto. Essa condição explicita a sua importância, mas também sua complexidade e incompletude. Grande parte desses estudos se refere à formação inicial, aquela que acontece nos Cursos de Licenciaturas, no âmbito da educação superior. Muitos diagnósticos já foram feitos com vistas a fazer avançar um percurso formativo mais integrado em torno da docência. Entretanto, ainda somos caudatários das dicotomias da modernidade que insistem em manter a separação entre teoria e prática e entre conhecimento pedagógico e conhecimento específico, fracionando a formação na sua totalidade. Muitos docentes da educação superior que atuam nas Licenciaturas não possuem formação pedagógica e nem vinculação e compromisso com a escola. São mestres e doutores de áreas científicas que não se aprofundam no campo da educação. Esse fenômeno tem sido

insistentemente denunciado, mas não tem havido um movimento para a sua superação. Além disso existe, ainda, um distanciamento significativo entre os espaços de formação que deveriam se complementar. Refiro-me à universidade e à escola. Alguns autores têm sido enfáticos denunciando que é preciso entender esses dois espaços como lugares de formação, se quisermos a construção da identidade profissional dos professores.

Em várias de suas reflexões você menciona dos conceitos basilares em termos de formação, quais sejam “professor aprendente” e “escola aprendente”. Poderia discorrer um pouco a respeito deles?

A ideia do professor aprendente nasce na inspiração freireana quando afirma a incompletude do ser humano e sua capacidade de se reinventar constantemente. O professor aprende enquanto ensina; refaz trajetórias e reconstrói concepções e práticas. Mas esse processo será mais profícuo quando o ambiente da docência tem a mesma perspectiva, ou seja, quando se criam comunidades de práticas, partilhas no âmbito da escola, que também se situa como aprendente. Os contextos escolares podem ser mais ou menos propícios para a potencialização da profissionalidade dos professores. Portanto, é preciso compreender a escola como um espaço de formação e de construção da identidade docente; um terreno fértil e fecundo para a reflexão comprometida com a qualidade do trabalho pedagógico.

A profissão professor, para ser exercida condignamente, depende de uma mosaico de saberes - saberes que são, de certa maneira, “sintetizados” pelo sujeito nos momentos de sua atuação junto aos seus alunos. Você poderia elencar os saberes mais importantes. Se puderem ser hierarquizados, claro.

Não sei se há uma hierarquia valorativa entre os saberes, talvez ocorra temporalidades distintas no seu desenvolvimento. Autores, como o canadense Maurice Tardif, têm afirmado que os saberes docentes são plurais e temporais. Plurais porque se formam a partir de diversas fontes, incluindo a história familiar dos sujeitos, a experiência enquanto estudante, vivência das práticas sociais e culturais até a sua formação acadêmica. Temporais porque se produzem em tempos diferentes e sempre intermináveis, ou seja, faz parte da condição humana estar em

constante aprendizagem. É certo que o professor se identifica por uma área de conhecimento, um saber disciplinar, mas a essência da profissão se sustenta na capacidade de intermediar esse conhecimento com as estruturas cognitivas, culturais e afetivas de seus estudantes. Professor é aquele que exercita mediações para produzir aprendizagens. Esse é o saber que sustenta sua profissão.

Por não ser uma carreira atraente e bem remunerada, parece que hoje em dia o magistério vem atraindo somente pessoas das classes mais humildes, com repertório cultural restrito. Essa tese se confirma? Em caso positivo, quais as consequências desse fenômeno para o exercício da profissão?

Há muitas evidências que comprovam a crescente proletarização do magistério. Os baixos salários são uma parte desse fenômeno; mas as condições de trabalho, a meu ver, são tão ou mais impactantes nesse processo de desvalorização profissional. Não houve um investimento sério das políticas públicas para garantir a democratização do acesso à educação com qualidade e isso vem impactando o recrutamento dos jovens para essa profissão. Escolas com poucos recursos, desprovidas de segurança, de invisibilidade para as práticas responsáveis, de estímulos culturais que ampliem as experiências dos estudantes não constituem ambientes atraentes para novos profissionais. Além disso, são efêmeras as iniciativas para o enriquecimento cultural dos professores e a intensificação do trabalho diminui as chances nesse sentido. São raras as condições para que o professor consuma literatura, música, cinema ou teatro, ampliando a sua visão de mundo. A meu ver, mais do que a origem de classe social, o contexto do exercício da profissão é que tem empobrecido o repertório cultural dos professores.

O que você tem a dizer sobre os cursos a distância na formação de professores?

Ao conviver nos espaços da pós-graduação e examinar dissertações e teses sobre a Educação a Distância (EaD), aprendi a desfazer preconceitos estruturados de antemão. Hoje creio que há bons e maus cursos a distância, assim como há bons e maus cursos presenciais. Portanto, não é modalidade que define a qualidade e sim o investimento que se faz nessa formação. Entretanto, tenho para mim que a EaD

não se ajusta para todos os aprendizes. Com isso quero dizer que essa modalidade exige um compromisso e maturidade especial do aprendiz para levar a cabo seus objetivos. Parece que favorece melhor a educação continuada, quando ele tem clareza dos seus objetivos e uma base de experiência profissional para implicar-se na aprendizagem.

Depois de certo tempo, todos nós professores desenvolvemos um “jeito” peculiar de ensinar... quer dizer, cada professor cria para si uma didática própria, julgada consequente em termos de trabalho pedagógico. Dessa maneira, dentro de uma mesma escola, você tem um conjunto de didáticas diversificadas, que muitas vezes fogem à padronização que é imposta de fora para dentro. No seu modo de pensar, isso é bom ou ruim em termos de ensino-aprendizagem?

Felizmente somos pessoas únicas, mesmo tendo similares condições de produção em termos geracionais, culturais e sociais. Antonio Nóvoa cunhou uma frase que alerta para essa condição. Diz ele: “o professor é a pessoa e a pessoa é o professor”. Com isso chama atenção para que, sendo a docência uma profissão que atua com gente, ela carrega subjetividades que se materializam nas escolhas e maneiras de exercer o seu ofício. Então, na minha opinião, a diversidade é um ganho. Entretanto é preciso que um coletivo docente atue a partir de um projeto pedagógico, em geral explicitado pela escola. Quanto mais esse projeto for genuinamente assumido pelo coletivo dos professores, mais haverá chances de valorizar a diferença que enriquece o objetivo comum.

O governo federal criou diferentes projetos visando atrair - e apoiar - mais gente para a carreira de professor, inclusive numa tentativa de melhorar a sua formação básica. Como o PIBID, por exemplo. Qual a sua opinião a respeito desses programas?

O PIBID tem se constituído num Programa que aproxima a universidade da escola, valorizando a ideia da *escola ensinante*, ou seja, reconhecendo que ela é um espaço de produção de conhecimento que deve partilhar a formação de novos professores. Contribuí com os estudantes nas suas trajetórias formativas e empodera os docentes que atuam na prática escolar como sujeitos de formação. Em outras palavras, ajuda a trazer a formação para dentro da profissão. Entretanto, não é um programa universal, ou seja, não são todos os cursos e nem todos os estudantes desses cursos que são incluídos nessa experiência, o que é

lastimável. Mas, sem dúvida, trata-se de uma política que materializou muitos dos anseios das comunidades formativas.

É assustador o crescimento do número de casos de violência contra professores; queremos dizer, violência vinda de alunos contra seus professores. Certamente que esse fenômeno tem diversas origens, mas, em todo caso, torna o professor um objeto de agressões várias. De que forma este assunto pode ser tratado durante o processo de formação de professores? Que tipo de preparo eles devem ter para enfrentar situações de violência?

A violência não está só na escola; trata-se de uma patologia social que carece de ações intensas e amplas do estado provedor. A violência está presente nos diferentes extratos da sociedade e se manifesta numa diversidade estarrecedora. Potencializada pelas diferenças sociais e pelos imaginários de sucesso da sociedade capitalista, adentra as instituições de forma assustadora. Na maior parte das vezes, a violência é tratada pela repressão e não raras vezes essa não tem sido a solução. Não podemos ter a ingenuidade de achar que há encaminhamentos únicos e uniformes. Entretanto, tem havido experiências com algum sucesso na gestão de escolas nesse sentido. O que parece evidente é que violência não se estanca com mais violência. Apostar numa escola receptiva que diversifica opções de desenvolvimento dos estudantes pelo esporte, pela cultura e pela arte ainda parece ser o caminho. Não sei se é possível “preparar o professor para enfrentar a violência” como se ele fosse parte do aparato repressivo; o que parece necessário é apoiar o professor e a escola para ampliar as condições de minorar a violência.

As novas tecnologias da informação trouxeram um sem número de desafios para os professores em formação e os já formados. Hoje convivemos com diferentes mídias que, de uma maneira ou de outra, atingem em cheio os nossos modos de nos comunicarmos em sociedade. Uma realidade inevitável, mas que tem encontrado senões e resistências pela escola e/ou pelos professores. O que pode ser feito para que o casamento escola-mídia seja mais suave, menos postiço e mais consequente?

As tecnologias da informação são um fenômeno impactante para uma cultura escolar estabelecida sobre a tradição da oralidade do professor e

da transmissão do conhecimento. Interpelam a escola e o papel tradicional do professor que já não tem o monopólio dessa transmissão. Entretanto, tudo é muito novo e adentra as culturas escolares com uma rapidez que agride os tempos necessários à mudança. Mas é preciso compreender que as mídias fazem circular a informação; entretanto, a escola tem um compromisso com o conhecimento, ou seja com as estruturas cognitivas e culturais dos alunos para processarem as informações. Essa condição está exigindo novos papéis para o professor e para a organização dos tempos e espaços das escolas. Somos todos aprendentes nesse novo cenário e não podemos nos deslumbrar, depositando nas tecnologias as expectativas de formação, nem podemos nos alienar de um contexto que não tem retorno. Muitas das resistências acontecem por insegurança frente ao novo. Por isso, é preciso um investimento na formação dos docentes para esse cenário, sem descuidar da valorização da mediação humana, base de toda a educação.

